



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

Relatório de Atividades 2012

Fevereiro de 2013

Expediente

Conselho

Presidente do Conselho de Administração

Sérgio Roberto de Abreu

Conselho de Administração

Elizabeth Leeds - Presidente de Honra

Arthur Trindade

Eduardo Pazinato

Humberto Vianna

Jésus Trindade Barreto Jr.

José Luiz de Amorim Ratton

Luciene Albuquerque

Paula Poncioni

Renato Sérgio de Lima

Roberto Maurício Genofre

Washington França

Secretária-executiva

Samira Bueno

Equipe administrativo-financeiro

Ana Maura Tomesani - Coordenadora Executiva

Renata Guaraldo - Gerente Administrativa

Hilda Ap. Soares Mancuso - Assistente administrativo-financeiro

Débora Lopes - Assistente administrativa

Equipe de projetos

Samira Bueno - Coordenadora de Projetos

Thandara Santos - Assistente de projetos

Caio Valiengo - Assistente de projetos

Beatriz Rodrigues - Assistente de projetos

Bruna Bortoluzzi - Bolsista de aperfeiçoamento técnico

Lais Figueiredo - Bolsista de aperfeiçoamento técnico

Assessoria de comunicação

Jander Ramon

Raphael Ferrari

Relatório de atividades

1. Balanço Geral

No ano de 2012 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública completou seis anos de intenso trabalho na busca de fomentar referências técnicas e avaliar e induzir políticas públicas de segurança comprometidas com os princípios democráticos da transparência e da prestação de contas.

Tendo iniciado ainda no ano de 2011 mudanças estatutárias que promoveram alterações na política de associação, o FBSP encerra o ano de 2012 com 83 novos associados, muitos dos quais já poderão participar como membros votantes na próxima Assembleia Geral, a ser realizada em julho de 2013. Esperamos com isso democratizar o processo decisório do FBSP e ampliar nossa capilaridade nas discussões sobre as políticas de segurança pública no Brasil.

O ano de 2012 constituiu grandes desafios burocráticos e de gestão à Secretaria Executiva com os trabalhos adicionais derivados das novas regras de prestação de contas de parcerias com o Governo Federal, com destaque para a adaptação dos atuais projetos no âmbito do Sistema de Convênios da União (SICONV). A boa notícia é que tivemos as contas do projeto “Juventude e Prevenção da Violência” aprovadas e fomos considerados regulares após os trabalhos de fiscalização da CGU, o que demonstra o amadurecimento institucional e a lisura de nossa instituição.

Ainda como uma diretriz da Assembleia de Associados, que redigiu a “Carta de Porto Alegre” e determinou que o tema de concentração das atividades fosse a reforma das instituições policiais, o FBSP promoveu no ano de 2012 um workshop na Fundação Getúlio Vargas que teve como objeto de discussão o PL 3734/2012 que cria o Sistema Único de Segurança Pública. Como fruto deste evento e da Carta de Porto Alegre, a Secretaria Executiva foi convidada a compor uma subcomissão no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados para propor alterações no projeto de lei em questão.

Por sinal, essa será uma atribuição central da agenda de 2013 e que deve trazer ao Fórum a oportunidade de contribuir efetivamente para um projeto de reforma e modernização da área no país.

Em termos de comunicação, no final de 2012 o FBSP lançou a sexta edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que alcançou, nos primeiros quinze dias após a divulgação, exposição de mídia equivalente a R\$22 milhões. Este valor reflete o amplo alcance da nossa publicação e a responsabilidade que hoje temos para com o tema da transparência dos dados na segurança pública brasileira.

Para o ano de 2013 uma série de projetos e iniciativas estão sendo elaboradas e esperamos chegar ao nosso sétimo aniversário fortalecendo os canais permanentes de diálogo e cooperação entre associados, instituições financiadoras, órgãos governamentais e sociedade civil de forma a reafirmar nossos compromissos constitutivos. O Fórum sabe que vivemos uma janela de oportunidades ímpar na possibilidade de modernizarmos a área e, sem dúvida, isso aumenta em muito os desafios postos.

2. Quadro de Associados

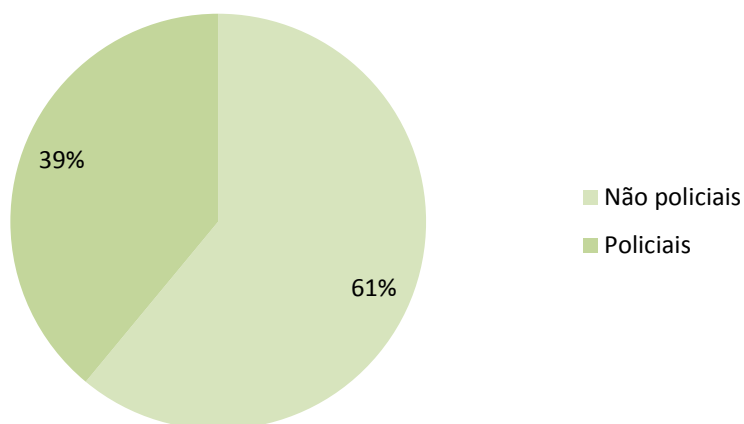
O Fórum Brasileiro de Segurança Pública conta, hoje, com um quadro de associados de 140 membros, sendo 57 Associados Plenos e 83 Associados.

Tabela 1 – Distribuição de associados, por Unidade da Federação

UF	2012
AL	4
BA	3
CE	5
DF	14
ES	2
MG	18
MS	1
MT	4
PA	5
PB	1
PE	4
PI	2
PR	1
RJ	18
RN	2
RS	24
SE	1
SP	28
EUA	3
18 Estados	140 associados

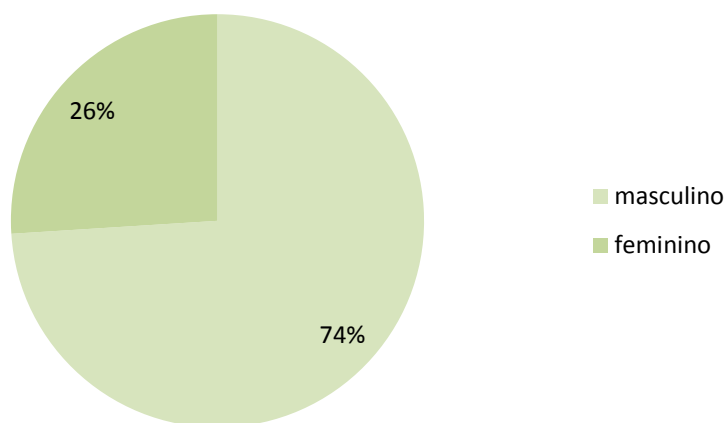
O corpo de associados ainda é majoritariamente formado por não policiais, mas observamos aí uma inflexão em relação ao período que antecede a nova política de associação. Se antes os policiais representavam apenas 33% do total, atualmente representam 39%, incremento de 18% em menos de um ano e meio.

Gráfico 1– Corpo de associados, por área de atuação - 2012



Se tivemos êxito em ampliar a participação de policiais e quase triplicamos o número de associados, as mulheres continuam subrepresentadas, representando apenas 26% do total. Esta informação nos impõe um desafio em relação a como induzir a participação das mulheres neste espaço de debate.

Gráfico 2 – Corpo de associados do FBSP, por sexo - 2012



3. Produtos institucionais

3.1 Encontro Anual

Os Encontros Anuais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública pretendem suprir a falta de oportunidades para debates na área de polícia e segurança pública, tanto por meio da criação de um espaço para o intercâmbio técnico qualificado, como pelo incentivo à interação e integração entre setores da sociedade tradicionalmente isolados, e que são de suma importância para a criação de um debate democrático e plural. Os focos eleitos para o direcionamento de todas as atividades do Fórum Brasileiro de Segurança Pública são as políticas e ações para a redução do crime, da violência e da insegurança no contexto brasileiro (atuação policial, gestão da segurança pública, programas multisetoriais de prevenção da violência).

Dado seu caráter de articulação permanentemente em rede, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública propõe-se a incentivar a interlocução entre pessoas oriundas de diversos estados do país. A fim de fomentar tal debate, tem-se como proposta que, a cada ano, o Encontro ocorra em um lugar diferente do país.

Edição 6 - 2012

Cidade: Porto Alegre – RS

Atividades: 2 conferências (sendo uma delas com um palestrante internacional), 6 grupos de trabalho, 4 oficinas, 1 sessão especial e 22 mesas redondas

Público: 1110 participantes

Apoio: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Companhia Rio-grandense de Saneamento, Federação Nacional dos Policiais Federais, Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo, TIS, Cassidian, Neoband, Banco Mundial, The Hive, Banco de Desenvolvimento da América Latina,

Urbal, Sistema ONU (UNDOC, PNUD, UNESCO, OIT, ONU Habitat), CAPES, INCT, IPEA, CNPq, FAPERGS, Centro de Estudos da Metrópole, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Núcleo de Estudos da Violência, Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança, Fundação João Pinheiro, Laboratório de Análise da Violência, Ford Foundation, Open Society Foundations, ANIPES, ANDHEP, ANPOCS.

Custo: R\$ 360 mil

3.2 Anuário Brasileiro de Segurança Pública

A sexta edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública foi lançada sob a égide de uma importante conquista no campo da segurança pública: a aprovação da Lei 12.681/2012, que cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP.

Nesse importante contexto político, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública se integra aos esforços pela construção de um debate qualificado sobre as reformas no campo da segurança pública no Brasil, trazendo insumos para análises em diferentes âmbitos desse campo, com dados sobre as ocorrências criminais, um panorama do sistema prisional brasileiro, dados sobre a evolução dos gastos com a área da segurança pública pela União e estados, um panorama sobre os efetivos e salários das forças policiais, além de textos de análise para subsidiar este debate.

Mais uma vez foram compilados dados sobre ocorrências criminais, despesas com segurança pública, efetivos policiais, população carcerária e adolescentes em conflito com a lei.

Repercussão na Mídia

Em nosso monitoramento de mídia, detectamos um total de 402 matérias que utilizaram dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, tanto de mídia impressa, online, rádio e televisão. Usando os critérios do mercado de publicidade e comunicação, o Anuário teve uma exposição de mídia equivalente a R\$ 22.135.462,30.

Edição 6 - 2012



Acesso no site: 2154 visualizações de página

Número de Downloads: 1686

Conteúdo: Estatísticas criminais • Gastos com segurança pública e prisões • População carcerária • Juventude e violência • Efetivos das forças policiais • Justiça criminal no Brasil • Polícia e segurança pública • Estudo de qualidade e confiabilidade dos dados de violência e criminalidade

3.3 Revista Brasileira de Segurança Pública

Publicada semestralmente desde 2007, a Revista Brasileira de Segurança Pública é um espaço para policiais, acadêmicos e especialistas no assunto exporem seus pontos de vista por meio de artigos, resenhas e entrevistas. Para otimizar seu processo de gestão, desde o ano passado todo o processo de submissão e análise dos artigos é realizado pelo sistema Open Journal de gerenciamento de revistas eletrônicas.

Desde o final de 2012 a RBSP está em processo de indexação na rede RVBI, por meio da biblioteca do Senado Federal, e pelos indexadores Directory of Open Access Journals e Public Knowledge Project, fruto de uma parceria entre Stanford University, University of British Columbia, University of California, Simon Fraser University, University of Pittsburgh e Ontario Council of University Libraries.

Edição 10 – Fev/Mar 2012



Tiragem: 500 Exemplares

Acesso no site: 4.081 visualizações de página

Artigos: Prevenção e controle de homicídios: analisando experiências brasileiras / Robson Sávio Reis Souza • Políticas públicas e estratégias de controle da ação letal das instituições policiais no Estado de São Paulo / Emanuel Nunes de Oliveira • Os novos parâmetros educacionais das Polícias Militares brasileiras: um exercício de análise a partir da formação profissional dos soldados da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI / João Batista da Silva • A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana / Benôni Cavalcanti Pereira, José Policarpo Junior • Pirataria e crime organizado: ligações perigosas? / Arthur Coelho Bezerra • Segurança pública e a política de combate ao tráfico de drogas em São Paulo / Maria Gorete Marques de Jesus, Amanda Hildebrand Oi, Thiago Thadeu da Rocha, Pedro Lagatta • A imprecisão da linguagem da lei e a dificuldade de comunicação entre delegados e peritos nos crimes de pornografia infantil pela Internet / Amanda Wendt Mitani • As DEAMs, as corporações policiais e a violência contra as mulheres: representações, dilemas e desafios / Kelly Silva • Comunidades urbanas, desorganização social e encarceramento / Victor Neiva e Oliveira • Por um Brasil mais seguro: uma análise da dinâmica do crime e da violência / Rodrigo Serrano-Berthet, Laura Chioda

Edição 11 – Ago/Set 2012



Tiragem: 500 Exemplares

Acesso no site: 1.367 visualizações de página

Artigos: Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011) / Gabriel de Santis Feltran • Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro / Antonio Rafael Barbosa • O medo, a mídia e a violência urbana – A pedagogia política da segurança pública no Paraná / Dinaldo Almendra, Pedro Rodolfo Bodê de Moraes • O Ronda do Quarteirão – relatos de uma experiência / César Barreira, Mauricio Bastos Russo • A violência no eixo Brasília-Goiânia / Arthur Trindade M. Costa, Dalva Borges de Souza • Configurações e obstáculos: as mulheres na segurança pública / José Vicente Tavares dos Santos, Rochele Fellini Fachinetto, Alex Niche Teixeira, Dani Rudnicki • Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na “cracolândia” / Taniele Rui • Política pública de restrição do horário de funcionamento de bares / Tatiana Whately de Moura • Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro / Márcia Pereira Leite • O serviço policial, os conflitos sociais e o foco de atuação do policiamento de rádio patrulha em Cuiabá / Clecimar S. Rabelo de Sousa • “Nem isto, nem aquilo”: trajetória e características da política nacional de segurança pública (2000-2012) / Fabio de Sá e Silva

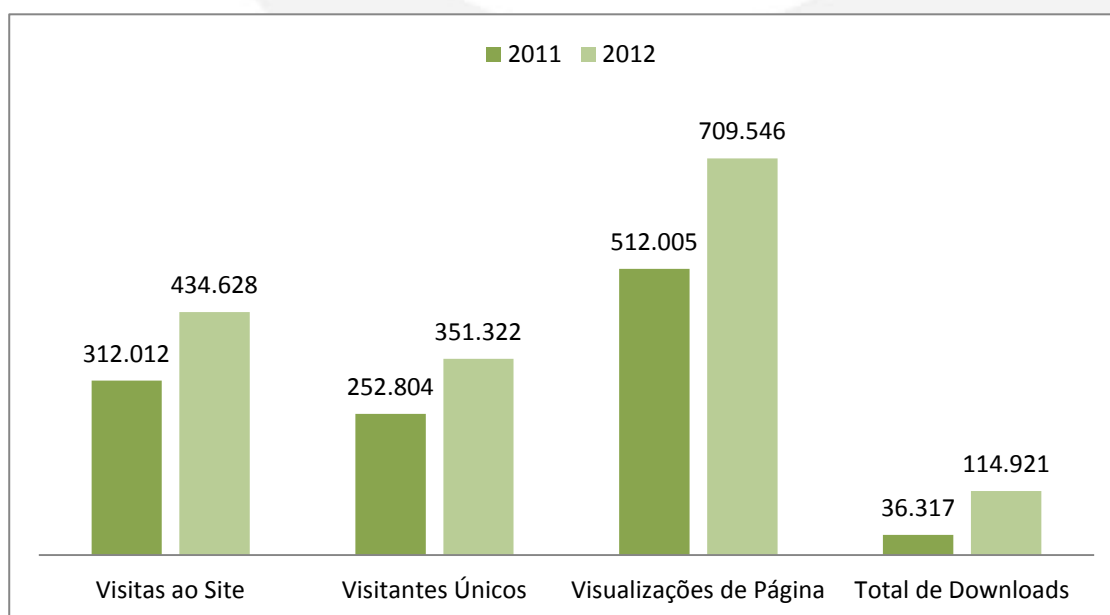
Nota Técnica: Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Segurança Pública / Zil Miranda

3.4 Site

O número de visitas durante o ano de 2012 foi de 434.628, o que representa um incremento de 39,3% em relação ao número total de 2011.

Como a publicação de artigos no site foi restringida apenas aos associados, o site deixou de ser um espaço de discussão, e se tornou mais uma ferramenta institucional do Fórum, onde o usuário encontra informações concernentes aos projetos desenvolvidos pela instituição. Por conta disso, temos cada vez menos acessos em páginas relacionadas a artigos, e um aumento visível nos acessos das páginas institucionais relacionadas a projetos e publicações do Fórum, como a Revista Brasileira de Segurança Pública e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 3 – Visualizações do site – 2011-2012



4. Projetos desenvolvidos

4.1 Diagnóstico, Análise Criminal e Produção de Indicadores

Iniciado no final do ano de 2011, o projeto em desenvolvimento para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso tem por objetivo auxiliá-los na elaboração de um Plano de Ações consistente e pautado em metas, com foco na produção de indicadores robustos, no aprimoramento do trabalho de análise criminal e no mapeamento dos homicídios ocorridos em Cuiabá no ano de 2010, a fim de aprofundar o conhecimento a respeito do contexto em que ocorrem estes crimes na região.

O presente projeto encontra-se em fase de encerramento e a oficina final, com a apresentação dos principais resultados para o público da SESP/MT, deve ocorrer em julho de 2013.

4.2 Pacto pela Vida na Bahia

Ciente dos desafios na condução de uma política de segurança capaz de garantir a prevenção à violência, o respeito aos direitos humanos e a articulação institucional entre os entes do Estado e as demandas sociais, o governo do Estado da Bahia decidiu implementar o programa “Pacto pela Vida” na Bahia, inspirado nos resultados obtidos pela experiência pernambucana.

O projeto, assinado no final de 2012, está sendo desenvolvido pela equipe do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em Salvador e prevê a elaboração de uma série de relatórios e ciclos de seminários de formação. Com duração de 24 meses, os resultados finais do projeto serão apresentados em 2014.

4.3 Gestão e Disseminação dos dados da Política Nacional de Segurança Pública

Resultado da cooperação já consolidada entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e o FBSP, e alinhada aos princípios fundamentais das duas instituições, o termo de parceria “Gestão e disseminação dos dados da Política Nacional de Segurança Pública” tem por objetivo aprimorar técnica e metodologicamente os processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise criminal sobre segurança pública, fortalecer os canais de disseminação e publicização de dados sobre a Política Nacional de Segurança Pública, e produzir notas técnicas temáticas de forma a fornecer o estado da arte dos principais temas da área no país, tais como investigação de homicídios, ensino policial, mecanismos de controle, dentre outros.

O projeto será encerrado em julho de 2013 e a apresentação dos principais resultados ocorrerá no Encontro Anual, em Cuiabá.

4.4 INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã

Em desenvolvimento desde o ano de 2009, o objetivo principal deste INCT é o estudo da democracia sob a perspectiva do Estado de Direito Democrático, entendido como acesso universal à proteção da lei e às garantias aos direitos humanos, livre da violência – especialmente daquela resultante das ações dos agentes do Estado e do crime organizado, que constituem graves ameaças à segurança pública e a um governo democrático.

Uma das instituições chave para a garantia de direitos e um agente público chave em seu inverso – a violação de direitos humanos - é a polícia. O bom funcionamento desta instituição é fundamental para a promoção da segurança, para a redução do medo e para assegurar o direito à vida.

Nesse particular, tem aumentado o interesse da academia – em termos de pesquisa - e do debate público sobre políticas de segurança pública e as agências de aplicação da lei. Porém, apesar de considerável progresso e dos resultados alcançados nos últimos anos, ainda há poucos estudos sobre políticas de segurança pública e forças policiais, e aqueles que existem raramente focam a relação entre estes dois aspectos. Essa carência de conhecimento a respeito do relacionamento entre a polícia e as políticas de segurança pública tem comprometido nossa capacidade de compreensão, inovação e melhoria das práticas policiais e das políticas de segurança públicas no país.

Monitoramento da Eficiência Democrática das Políticas de Segurança no Brasil

O objetivo do subprojeto realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública é focar a relação entre a polícia e as políticas de segurança pública, a fim de melhor avaliar a legitimidade e a eficiência das iniciativas públicas nesta esfera, assim como as condições e fatores que contribuem para aumentar ou reduzir a capacidade da polícia e dessas políticas de segurança pública de impor o Estado de direito democrático e de fornecer respostas efetivas às necessidades da sociedade.

4.5 IPEA – Recuperação série histórica IBGE

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o IPEA, o FBSP iniciou em 2011 o projeto de recuperação da série histórica dos Anuários Estatísticos do Brasil, produzidos pelo IBGE. O material, que conta com volumes desde a década de 1910, constitui importante acervo de dados na área de justiça criminal, como dados de encarceramento de todo o séc. XX, bem como informações de ocorrências criminais e de financiamento da segurança pública no país.

O IPEA disponibilizou um bolsista de graduação, responsável pela digitalização e sistematização das informações de segurança pública contidas nos anuários estatísticos do IBGE, tabelas estas que se encontravam apenas em formato PDF, o que dificultava a sua utilização para pesquisas.

O projeto foi concluído, e a série contempla os anuários de 1907, e 1936 a 2006, contendo informações relativas aos anos de 1907, 1922, 1933, 1934, 1936, 1937, 1938, 1939, 1942, 1943, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003.

4.6 IPEA - Policiamento Comunitário

Desenvolvido desde o ano de 2012, em parceria com a Fundação João Pinheiro e com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o presente projeto tem por objetivo mapear atitudes, valores e crenças de policiais, tanto militares como civis, relacionadas à participação social no provimento institucional de segurança pública, especialmente no que se refere às atividades desenvolvidas pelas polícias.

A participação do cidadão na segurança pública, neste caso, dá-se por meio de sua atuação em “instituições participativas” (PIRES, 2011) existentes no âmbito da segurança pública, tais como conselhos comunitários de segurança pública (ou instituições congêneres), “redes de vizinhos protegidos” e outros programas criados pelas polícias, costumeiramente denominados de programas de “policiamento comunitário”.

Objetiva-se também analisar aspectos do desenho dessas instituições, bem como levantar a percepção dos policiais a respeito dos programas desta natureza nos quais estão envolvidos, incluindo a percepção a respeito de seu próprio trabalho, da população com a qual interagem e, principalmente, o significado e a qualidade da “participação” compreendida.

4.7 Metodologias de Monitoramento e Avaliação dos Modelos de Polícia de Proximidade no Brasil

Em parceria com a Fundação Ford, o objetivo deste projeto é apresentar uma análise crítica dos principais programas de polícia de proximidade atualmente em desenvolvimento no Brasil. Para tanto, pretende-se:

- (1) elaborar matriz de avaliação e monitoramento desses novos modelos de policiamento;
- (2) incorporar a dimensão do policiamento de proximidade nas atividades de compilação e produção de dados do FBSP; e
- (3) analisar o impacto e significado desses programas no sistema de segurança pública em que estão inseridos.

Essa análise permitirá uma maior articulação entre a avaliação dos programas de polícia de proximidade e o debate sobre a reforma integral do sistema de segurança pública. A polícia de proximidade implica uma importante reorganização da instituição policial e de suas prioridades a fim de democratizar e tornar mais eficiente o sistema, porém não pode ser vista como panaceia ou solução para todos os dilemas institucionais. É necessário discutir impactos e desenhos organizacionais.

4.8 Observatório Legislativo

Desenvolvido com o apoio da Fundação Ford e da Open Society Foundation, este projeto tem por objetivo monitorar a produção legislativa brasileira na área de segurança pública e temas correlatos, de forma a garantir que o FBSP possa gerar informes e documentos técnicos, muitos com base nos dados compilados para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e nas reflexões da Revista Brasileira de Segurança Pública. O objetivo é mapear e estudar projetos e posições em torno de temas como uso da força, produção de estatísticas, reformas institucionais e/ou padrões de policiamento.

4.9 Letalidade Policial

Com apoio da Open Society Foundation, o FBSP está desenvolvendo projeto que tem por objetivo fortalecer um incipiente debate sobre uso da força pelas polícias. Ao invés de focar em ações de denúncia de violações apenas, o FBSP quer explicitar a carência de dados e induzir a prática de prestação de contas em área tão sensível por meio da pesquisa e publicação de informações sobre letalidade policial. Ao eleger tal tema, sabemos que estamos tocando em pontos nevrálgicos do sistema de segurança pública do país, mas buscamos investir na desconstrução de mitos e preconceitos que travam o diálogo entre segmentos, paralisam governos e inviabilizam o sucesso de políticas de prevenção e redução da violência.

4.10 Anuário Sul-Americano de Segurança Pública

Em parceria com a Confederação Andina de Fomento (CAF), o FBSP está desenvolvendo um anuário estatístico na área da segurança pública para os países integrantes da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com previsão de lançamento para novembro de 2013, a publicação buscará compilar dados relacionados a crimes, sistema penitenciário e despesas com segurança pública, além de uma seção especial com o modelo de organização policial em cada um dos doze países membros.

4.11 Parceria com a Prefeitura Municipal de Esteio-RS

Em desenvolvimento com a parceria do Instituto Fidedigna, o projeto tem por objetivo a elaboração de um plano político-pedagógico e de sustentabilidade para a nova Academia Estadual de Guardas Municipais do Rio Grande do Sul. O projeto tem como eixos principais a realização de um diagnóstico dos planos pedagógicos e formações de guardas municipais em diversas partes do país, o desenvolvimento de diretrizes para uma proposta político-pedagógica em consonância com a Matriz Curricular Nacional de Guardas Municipais, preconizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e o

desenvolvimento de um projeto de sustentabilidade capaz de fornecer os subsídios necessários para a viabilização subsequente do projeto.

4.12 Prêmio Altus

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública coordenou a pesquisa de campo em São Paulo da VI Semana de Visitas a Delegacias, um projeto internacional organizado pela Altus Aliança Global em parceria com várias organizações policiais e da sociedade civil e liderado, no Brasil, pelo CESEC.

A Semana de Visitas tem como objetivo verificar a qualidade do serviço prestado pelas delegacias de polícia participantes, identificar algumas boas práticas empreendidas pelas polícias, reforçar os mecanismos de accountability policial junto aos cidadãos a quem as delegacias servem e promover os padrões internacionais de direitos humanos.

4.13 CNPQ Finanças

Em agosto de 2012 a equipe do Fórum Brasileiro de Segurança Pública encerrou o projeto sobre o financiamento da segurança pública em âmbito municipal. Com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), a pesquisa produziu amplo levantamento sobre finanças municipais de modo a compreender a participação dos entes subnacionais na temática da segurança pública. O relatório com os resultados da pesquisa encontra-se disponível no site do FBSP.

4.14 Avaliação das UPPs

Com financiamento da Corporación Andina de Fomento (CAF) e parceria do Laboratório de Análise da Violência da UERJ, o FBSP encerrou em 2012 um projeto de avaliação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Por meio de análise exploratória, o projeto desenvolveu uma análise comparativa entre três situações: comunidades em que o projeto estava implantado há mais de 18 meses quando do início da pesquisa; comunidades em que o projeto acabara de ser implantado; e comunidades em que o projeto não fora implantado, funcionando portanto como grupo de controle. O relatório com os resultados da pesquisa encontra-se disponível no site do FBSP.

4.15 Parceria Última Instância

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública desenvolveu uma parceria com o site Última Instância, página pertencente à UOL de caráter jurídico e informativo. Um dos objetivos da parceria é realizar uma divulgação sistemática e recíproca de trabalhos de ambas as instituições, a fim de criar um espaço de debate qualificado e amplo sobre segurança pública, violência, direitos humanos e temas correlatos.

Além disso, o grupo Última Instância possui uma livraria virtual que já pratica, em média, descontos de 25% sobre os preços de capa de vários livros, e implanta um desconto adicional de 5% para os associados do Fórum.

4.16 – Parceria CartaCapital

Segurança Pública e Desenvolvimento é uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a CartaCapital que busca reunir artigos e discussões sobre a área. Sua proposta é refletir sobre como a segurança pública é fator essencial para um modelo de desenvolvimento democrático e garantidor de paz e qualidade de vida para a população brasileira.